

POLÍTICA

politica@gruposantandem.com.br

CARGO Bolsonaro indica militar sem formação em saúde para diretoria da Anvisa

www.atarde.com.br/politica

COVID-19 Na assinatura do contrato da ponte Salvador-Itaparica, senadores baianos saíram em defesa da vacina chinesa

Otto e Wagner defendem a Coronavac

FERNANDO VALVERDE

Presentes ao lado do governador Rui Costa (PT) na assinatura do contrato para as obras da ponte Salvador-Itaparica, ontem, os senadores Otto Alencar (PSD) e Jaques Wagner (PT) saíram em defesa da Coronavac, a vacina da farmacêutica chinesa Sinovac em parceria com o Instituto Butantan.

Aproveitando a presença de vários representantes do consórcio chinês que irá construir a ponte, os senadores baianos fizeram críticas ao governo federal, que vem antagonizando a vacina chinesa e politizando a questão, e afirmaram ter esperanças em relação ao imunizante.

"Quero me solidarizar com a ciência chinesa que junto com o Instituto Butantan vem lutando arduamente para chegarmos a uma vacina que nos dará tranquilidade. Infelizmente, membros do governo federal confundem a disputa política legítima com o obscurantismo daqueles que querem negar a ciência. Então boa sorte para a Sinovac e o Instituto Butantan. Não interessa a cor da vacina, interessa que ela imunize o



Wagner pontuou que "não interessa a cor da vacina"



Otto ressaltou que acredita na ciência chinesa

povo baiano", afirmou Wagner.

Linha seguida pelo senador Otto Alencar, que minimizou o fato de a pandemia da Covid-19 ter sido originária no país. De acordo com ele, a "fatalidade" poderia ocorrer em qualquer lugar do mundo e a importância está no enfrentamento da questão.

"Poderia acontecer em qualquer país do mundo. Mas eu acredito no trabalho e na ciência chinesa e defendo a Coronavac. Sua agência de vigilância sanitária tem credibilidade no Brasil e no mundo e eu espero que venha logo pois a imunização é o único caminho para se enfrentar um problema tão grave", pontuou.

Briga política

A Coronavac tem sido alvo de uma briga política sobretudo entre o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) e o governador de São Paulo, João Dória (PSDB). A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) chegou a suspender os testes da vacina por conta de um "efeito adverso grave", contestado por laudo do IML, que apontou suicídio como a causa da morte do voluntário.

EMERGÊNCIA

Guedes diz que, se houver 2ª onda, auxílio será pago

KELLY OLIVEIRA

Agência Brasil, Brasília

O ministro da Economia, Paulo Guedes, ressaltou ontem que se houver uma segunda onda de contaminações pelo novo coronavírus no Brasil, o governo voltará a conceder o auxílio emergencial aos brasileiros em situação de vulnerabilidade econômica.

"Se houver uma segunda onda, não é uma possibilidade, é uma certeza (que o governo vai pagar novamente auxílio emergencial)", disse, no evento do Dia Nacional do Supermercado, organizado pela Associação Brasileira de Supermercados (Abras). Mas ele enfatizou que considera a probabilidade de nova onda de contaminações "baixa".

De acordo com Guedes, o plano do governo é retirar o auxílio aos poucos até o final do ano. "Estamos retirando os estímulos, de R\$ 600 (valor inicial das parcelas do auxílio) baixa pra R\$ 300

(auxílio emergencial residual) e depois aterrissa a linha frente numa versão Renda Brasil ou na própria Bolsa Família. Temos as duas possibilidades, é uma escolha política", disse.

Em agosto deste ano, o presidente Jair Bolsonaro disse que a proposta de criação do programa Renda Brasil estava suspensa. O programa pretendia expandir o Bolsa Família. A proposta da equipe econômica era retirar o abono salarial para quem ganha até dois salários mínimos para financiar o novo programa.

Transações digitais
Guedes voltou a defender a criação de uma contribuição sobre transações digitais, como forma de substituir a desoneração da folha de pagamentos. Ele disse que o governo tem o compromisso de não elevar a carga tributária. "Esse compromisso significa que vamos fazer um programa de substituição de carga tributária".

TRANSPORTE

Ex-prefeito de Alagoínas deixa de ser réu em processo

DA REDAÇÃO

O ex-prefeito de Alagoínas Paulo Cezar (DEM) deixou de ser réu em processo movido contra ele, na época em que administrava a cidade, referente a ação judicial que apurava supostas irregularidades no transporte escolar.

Por meio de decisão do Tribunal Regional Federal (1ª Região), a desembargadora Maria do Carmo Cardoso sustentou que a denúncia foi feita de forma genérica e que as únicas ações ligadas diretamente ao ex-gestor foram a assinatura do edital de abertura da licitação, homologação do resultado do certame e assinatura do contrato com a empresa. Com isso, as duas ações penais estão suspensas.

Na decisão consta ainda que ele não foi investigado no inquérito policial, "sendo que a autoridade policial não identificou justa causa que legitimasse seu indiciamento, todavia, por ser responsável legal do município

à época dos fatos, foi inserido no rol dos denunciados pelo órgão acusador".

Ainda ficou registrado que Paulo Cezar há três anos figura como réu em ação penal e, devido à falta de embasamento comprometedor, seria um constrangimento ilegal, causando prejuízos psicológicos e morais, acrescidos de desgaste pessoal, ainda mais em período eleitoral.

Pontuou ainda que Paulo Cezar é candidato a prefeito em seu município e que, por essas razões, vem sofrendo acusações e denúncias levadas ao grupo político rival. Paulo Cezar lidera a corrida eleitoral em Alagoínas, com 10 pontos na frente, de acordo com Pesquisa Eleva.

Paulo Cezar lidera a corrida eleitoral em Alagoínas

CONSELHO

Bolsonaro critica proposta sobre expropriar terras

DA REDAÇÃO

Uma proposta do Conselho Nacional da Amazônia Legal, presidido pelo vice-presidente da República, Hamilton Mourão, foi duramente criticada pelo presidente Jair Bolsonaro ontem. A ideia em estudo envolve a expropriação de áreas com desmatamento e queimadas ilegais.

Nas redes sociais, Bolsonaro chamou de "delírio" a ideia de tomar terras de quem comete crime ambiental. Disse ainda que a propriedade privada é sagrada e que o Brasil não é um país "socialista/comunista".

Pouco depois, Bolsonaro falou com apoiadores em frente ao Palácio da Alvorada e retomou as críticas às medidas do conselho chefiado por Mourão.

A proposta consta em um documento do Conselho da Amazônia enviado para diversos ministros do governo, com o objetivo de informar sobre a programação do órgão.

Os papéis listam ações estratégicas prioritárias para a Amazônia, como o combate a queimadas e o fortalecimento de órgãos de repressão a crimes ambientais.

Uma das medidas sugeridas é "expropriar propriedades rurais e urbanas acometidas de crimes ambientais ou decorrentes de grilagem ou de exploração de terra pública sem autorização".

Os estudos ainda propõem reverter a arrecadação de multas por infração ambiental para os municípios onde os delitos ocorreram e agravar as penas dos crimes contra o meio ambiente.

Indústrias

Em outro trecho, o texto prevê um "plano de ação" para inserir comunidades indígenas nos mercados formais. Essa é uma das áreas onde a atuação do governo Bolsonaro é mais criticada. O presidente defende a exploração de recursos naturais em terras demarcadas.

MINISTÉRIO PÚBLICO

Assessoras de Flávio recebiam 'mesadas'

DA REDAÇÃO

O Ministério Público do Rio de Janeiro (MP-RJ) fez o cruzamento dos dados bancários do filho do presidente Jair Bolsonaro, o senador Flávio Bolsonaro (Republicanos), Fabrício Queiroz e das funcionárias-fantasma do parlamentar e descobriu que elas recebiam "mesadas" que iam de R\$ 300 a R\$ 19 mil.

Ainda conforme o órgão, as quantias ficavam retidas com elas antes da devolução dos salários no esquema das "rachadinhas" na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj). As informações são do jornal O Globo. No depoimento que Luiza

Sousa Paes, ex- assessora de Flávio, prestou ao (MP-RJ), ela admitiu que devolvia mais de 90% de seu salário e ficava com apenas R\$ 700 todos os meses do esquema ilegal no gabinete de Flávio na Alerj.

Outras funcionárias em situações similares, constata-

das através de quebras de sigilo bancário e outras diligências, também relataram acontecimentos parecidos.

Anotação

Uma anotação apreendida com um corretor de imóveis foi apresentada pelo MP-RJ

como uma nova prova de que o senador Flávio Bolsonaro usou dinheiro desviado do salário de assessores para comprar dois apartamentos em Copacabana, zona sul do Rio, em 2012.

A informação foi antecipada pelo jornal O Globo e confirmada pelo UOL. Flávio Bolsonaro e sua mulher, Fernanda Bolsonaro, foram denunciados pelo MP-RJ, assim como o corretor de imóveis norte-americano Glenn Howard Dillard, que representava o proprietário dos imóveis na operação financeira.

As defesas de Flávio e Queiroz negam as práticas irregulares apontadas pelo Ministério Público.

CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO FUNDAÇÃO POLITÉCNICA
CNPJ nº 15.226.800/04

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA
Considerando os Senhores Condôminos, para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, no próximo dia 19 de novembro de 2020, em primeira convocação às 10h00 e em 2ª às 10h30 horas, em segunda convocação com qualquer número de Condôminos presentes na sala 01 do 4º, da 7ª Esplanada do Bico B, do município de São Paulo, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: 01) Eleição do Síndico e Substituto; 02) Eleição Conselho Fiscal; Conselho de Administração; 03) Resoluções de Registro de Títulos; 04) Outros assuntos. São Paulo, 13 de novembro de 2020. **Abigail Araújo de Moraes** - Síndico

A Fundação Casa de Assistência e Segurança Social - Facsas, Operadora de Planos de Anuidade de Assistência à Saúde, devidamente registrada no CNPJ nº 07.722.911, inscrita no CNPJ nº 07.42.160.100/0001-40, com estabelecimento na Rua do Piauí, nº 58 - Vila Velha - Recife - PE, por intermédio desta publicação do Edital de Notificação, considera que não realizou a beneficiária listada abaixo, cliente na renda operadora contratada, no plano Facsas Saúde Básico, registrado no ANS sob nº 4.526.220.011, conforme informações a seguir: **F. M. D. inscrita no CPF sob nº 8.462.243.86, e empregada no plano sob nº 07.02.0268.02.02, no valor atualizado de R\$ 12.228,47, referente ao mês de novembro de 2020, conforme sendo 08 dias de inatividade.** Esta Edital de Notificação tem como efeito informar que será realizada a rescisão unilateral do contrato da beneficiária supracitada, na forma do art. 15, parágrafo único, inciso II, da Lei nº 6.950/98, caso não seja quitado o débito existente com o plano, no prazo de 10 dias contados da respectiva publicação, cuja forma de pagamento poderá ser esclarecida por meio do telefone 0800.281.7533.

PREFEITURA MUNICIPAL DE APORÁ
CNPJ nº 13.846.542/0001-88

PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE015-2020
O Pregão Eletrônico do Município de Apurá - Itália, encontra-se interessado em participar da licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE015-2020 - Número da Licitação no Sistema de Lances - e R\$ 9433,70, que tem por Objeto: Aquisição de mobiliário para atender às necessidades a nova DELEGACIA MUNICIPAL EMILIA HERRERO neste município de Apurá, que a sessão de abertura do referido certame será no dia 22/11/2020 às 10:00 horas (Horário Local), através do site: www.bolavista.com.br. Os interessados poderão obter informações e/ou o Edital eletronicamente no endereço eletrônico: www.bolavista.com.br, ou pessoalmente no endereço: Rua 1000, nº 100 - Favela São João - Apurá (Itália). E-mail: licitacao@prefeituraapora.com.br. Apurá (BA), 12/11/2020. Robinson de Souza Bezerra - Pregador.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE DUTRA
Extrato do Contrato 2959/2020, de 06/2020. Contratante: PMPD. Contratado: Ribeiro - Irrigação, Comércio e Transporte Ltda. CNPJ 13.793.760/0001-45, objeto: fornecimento de materiais de construção, destinados à implantação e manutenção das pedreiras municipais, com objetivo de controle preventivo do COVID-19. Valor Global: R\$ 49.509,25. Vigência: 09/10 a 30/12/2020. Extrato do Contrato 2960/2020, de 06/2020. Contratante: PMPD. Contratado: Inova. Distribuição e Serviços Entre Músculos Ltda. CNPJ 20.022.000/01-42, objeto: Fornecedor de 100 testes rápidos AG (Antígeno) imunossensível cromatográfico, para detecção qualitativa de antígeno de SARS-CoV-2 em amostra nasofaríngea. Valor Global: R\$ 5.200,00. Vigência: 09/11 a 30/12/2020. Presidente Dutra/Ita, 15 de novembro de 2020.